

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2011

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o período de carência para que as donas de casa sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencam a família de baixa renda e contribuam para o Regime Geral de Previdência Social conforme o disposto no inciso II do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, façam jus ao benefício da aposentadoria por idade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 25 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25.

.....

II – aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 (cento e oitenta) contribuições mensais, exceto para a aposentadoria por idade do segurado sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda, nos termos do regulamento, que é de 120 (cento e vinte) contribuições mensais;

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 142-A:

“Art. 142-A. Para o segurado sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda e inscrito no Regime Geral de Previdência Social até 31 de dezembro de 2011, a carência da aposentadoria por idade obedecerá à seguinte tabela, levando-se em conta o ano em que o segurado implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício:

| Ano de implementação das condições | Meses de contribuição exigidos |
|------------------------------------|--------------------------------|
| 2011 | 60 meses |
| 2012 | 60 meses |

| | |
|------|-----------|
| 2013 | 66 meses |
| 2014 | 72 meses |
| 2015 | 78 meses |
| 2016 | 90 meses |
| 2017 | 96 meses |
| 2018 | 102 meses |
| 2019 | 108 meses |
| 2020 | 114 meses |
| 2021 | 120 meses |

Parágrafo único. O segurado referido no *caput* poderá requerer a aposentadoria por idade, no valor de 1 (um) salário mínimo, ainda que tenha contribuído de forma descontínua no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.